



RELAÇÕES DE GÊNERO E SAÚDE REPRODUTIVA: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES SOBRE TEMAS CRUCIAIS

LUZINETE S. MINELLA E MARIA JURACY T. SIQUEIRA

A proposta de organização deste dossiê baseou-se na necessidade de refletir sobre algumas tensões que vem ocorrendo, tanto na elaboração das teorias quanto no âmbito das práticas, no campo das relações entre a perspectiva de gênero e a noção de saúde reprodutiva. Sua estrutura inclui sete artigos sobre temas polêmicos, elaborados por pesquisadoras/es oriundas/os de diferentes instituições do país e do exterior, nas áreas de direitos reprodutivos e feminismo, masculinidade e paternidade, aborto e novas tecnologias reprodutivas.

Os quatro primeiros artigos têm em comum a discussão sobre a participação masculina na esfera da reprodução, contribuindo para o debate epistemológico e político que vem se desenvolvendo ao longo dos últimos anos sobre o tema. O artigo que abre o dossiê analisa a história do conceito de direitos reprodutivos a partir de um diálogo com o movimento feminista. Esse diálogo estabeleceu-se como decorrência da experiência pessoal de Figueroa-Perea na luta pela ampliação daqueles direitos, mais especificamente na tentativa de re-significar o papel dos homens e desfeminizar a reprodução. As conclusões do texto contribuem sem dúvida para esclarecer algumas das contradições inerentes às relações de poder entre homens e mulheres na esfera da reprodução, ainda não superadas pelo feminismo e pelos modelos institucionais de intervenção.

Numa linha de argumentação semelhante, Lyra e Medrado refletem sobre o papel do pai nas pesquisas demográficas, apontando para a precariedade das informações solicitadas em importantes instrumentos de coleta de dados aplicados no Brasil. Uma detalhada análise desses instrumentos permite concluir que subjacente às questões sobre a presença dos pais no cotidiano da família e da prole persiste uma concepção científica incapaz de dar conta dos avanços no desempenho da paternidade ocorridos ultimamente. Nesse caso, conclui-se que a própria ciência tem sido cúmplice da pouca visibilidade da função paterna, reproduzindo o modelo sexista da reprodução, reforçando por essa via as desigualdades de gênero.

O artigo de Siqueira dialoga com vários autores, inclusive com aqueles acima citados, sobre a inserção masculina na arena reprodutiva, reivindicando a superação de um enfoque tradicional centrado no resgate de tal inserção apenas nos termos de apoio à gravidez e saúde das mulheres e da prole. Defendendo a realização de investigações sobre “os modos sociais de expressão da masculinidade e suas influências na forma como os homens conferem sentidos e se relacionam com sua sexualidade e com a reprodução”, a autora identifica algumas contribuições atuais apontando para a “necessidade urgente” de um deslocamento teórico-analítico capaz de acompanhar algumas mudanças observáveis em certos segmentos sociais quanto ao desempenho de uma paternidade mais ampla e participativa. O enfoque do artigo coincide com os anteriores ao abordar uma questão que repercute no plano ético-político, advogando no sentido de que os homens possam ser “tematizados e abordados como sujeitos de direito” nos campos da sexualidade e da reprodução.

O texto de Minella, por sua vez, inclui também certas preocupações desenvolvidas nos demais, ao elaborar algumas hipóteses sobre as desigualdades de gênero na esfera do comportamento reprodutivo, com base na análise da percepção feminina sobre a “falta de participação masculina” nos serviços de planejamento familiar em Florianópolis e Porto Alegre. A partir dos dados obtidos, a autora considera que, dadas suas sutilezas e complexidades, as relações de gênero dificilmente se tornam compreensíveis apenas através de modelos binários do tipo valorização do masculino/desvalorização do feminino, desde quando aquilo que é desvalorizado por um lado pode ser revalorizado pelo outro, configurando um processo de mão dupla. Esse é o caso, por exemplo, dos cuidados com a saúde reprodutiva e com a prole, que ao ser menosprezado pela ideologia masculina dominante

termina podendo ser utilizado pelas mulheres para reforçar seu próprio poder de negociação e decisão no âmbito da família e da sociedade.

O artigo de Szasz analisa os significados da sexualidade e da identidade masculina entre homens mexicanos com base numa revisão da literatura existente sobre o tema, relacionando os resultados obtidos com os desafios que se impõem no campo da saúde reprodutiva. Dentre outros aspectos, a autora conclui que os mexicanos tendem a assumir um comportamento sexual baseado em certas normas sócio-culturais que vinculam as proezas sexuais à masculinidade, especialmente em circunstâncias nas quais os recursos econômicos são escassos. Tais proezas são frequentemente associadas à repressão, à violência e ao abuso, bem como ao desprezo pela debilidade e passividade, simbolizadas pelos homens jovens, pelos efeminados e pelas mulheres, gerando uma situação que contribui para o escasso uso de contraceptivos e pela negligência em relação aos demais aspectos que envolvem a saúde reprodutiva.

Os últimos artigos retomam a discussão sobre temas complexos: aborto e novas tecnologias reprodutivas. Com relação ao aborto, o texto de Machado analisa a percepção da mídia pentecostal, destacando as tensões existentes entre distintas posições manifestadas pelos agentes de duas das maiores igrejas nacionais. O marco explicativo inclui tanto o contexto da competição religiosa quanto os continuados esforços de adaptação dessas instituições às mudanças sócio-culturais e às tecnologias de comunicação, compreendendo-se que nesse contexto as mulheres se destacam como público-alvo ao mesmo tempo em que passam a formar opiniões, integrando o quadro de jornalistas, redatoras, apresentadoras etc.

Finalmente, o texto de Barbosa analisa as relações entre gênero, infertilidade e novas tecnologias reprodutivas, com base nos dados obtidos em pesquisa realizada em duas instituições do país: uma pública em São Paulo e uma privada em Brasília. Adotando esse procedimento, a autora preenche uma lacuna representada pela carência de dados empíricos sobre o desempenho das agências que oferecem tecnologias avançadas no campo da reprodução assistida. Identificando diferenças no atendimento e na percepção das usuárias, a autora interpreta a busca do tratamento da infertilidade como resultado de um longo processo de negociação, tensões e conflitos com os parceiros, familiares e com as expectativas sociais sobre a maternidade de modo geral, assinalando alguns efeitos da contínua intervenção da medicina e da

tecnologia sobre a percepção das mulheres acerca de si mesmas e de suas relações com seus parceiros.

Não obstante suas diferenças de ângulo, alguns denominadores comuns podem ser inferidos a partir da leitura dos artigos. Em primeiro lugar ressalta-se que as/os autoras/es manejam uma compreensão (ora explícita, ora implícita) das tensões na área como uma resultante de processos sociais e históricos mais amplos que condicionam os avanços e as discontinuidades, tanto do conceito de gênero quanto da noção de saúde reprodutiva, ambos situados na convergência entre múltiplas contribuições disciplinares.

Em segundo lugar, paralelamente a uma consciência sobre as conquistas obtidas até o momento, maneja-se também a percepção dos limites e das dificuldades peculiares ao âmbito representado pelas ações institucionais para vincular gênero, saúde reprodutiva e direitos reprodutivos em dois patamares: na vida cotidiana e nas instâncias que definem as políticas de população a nível local e a nível mundial.

Em terceiro lugar, os resultados apresentados pelos diferentes autores contribuem tanto para rever conceitos quanto para desenhar novas estratégias, valendo-se da perspectiva de gênero como horizonte de reflexão.